

MINAS GERAIS

ZEMA QUER PRORROGAR LIMINAR DO SUPREMO SOBRE A DÍVIDA

Após se reunir com Pacheco e Haddad e se mostrar receptivo à proposta alternativa para renegociar débito, governador tentará adiar pagamento

BERNARDO ESTILAC

O governo de Minas Gerais vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prorrogação dos efeitos da liminar que suspende a cobrança da dívida do estado com a União, hoje em torno de R\$ 160 bilhões. A medida foi anunciada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo) após um dia de reuniões em Brasília. Ele esteve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e depois com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e se mostrou receptivo à proposta apresentada para sanar os débitos do estado. Ainda assim, não descartou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), em tramitação na Assembleia Legislativa, como opção para o débito bilionário.

Em entrevista coletiva após reunião com Haddad, Zema falou sobre a prorrogação dos efeitos da liminar do STF. Esta foi a medida concreta anunciada por ele após as reuniões na capital federal em que se mostrou disposto a acatar propostas como a federalização de empresas estatais. O governador disse que espera que o Supremo atenda ao pedido e que o governo federal se junte ao estado na solicitação.

“Temos uma questão que é o prazo do dia 20 de dezembro. Passamos isso aqui para o ministro Haddad. Ele também já tinha um conhecimento prévio dessa proposta do presidente Pacheco. Nós estaremos encaminhando hoje ainda um ofício para o Ministério da Fazenda para que o mesmo, juntamente com o nosso secretário de Fazenda e Advocacia Geral, avaliem um modo para que, em conjunto, tanto o governo de Minas quanto o governo federal possam, no Supremo Tribunal Federal, estudar uma forma de prorrogar esse prazo. Eu saio daqui extremamente satisfeito e esperançoso de que quem sabe o meu sucessor não tenha de lidar com um problema que já custou tanto aos 20 milhões de mineiros”, disse Zema.

MARÇO

A extensão do prazo deverá atender ao período apresentado por Haddad ao governo estadual para que a equipe técnica do Ministério da Fazenda formule uma proposta concreta a partir do projeto costurado com deputados estaduais e Rodrigo Pacheco. Segundo Zema, o ministro pediu até o fim de março do ano que vem para formalizar o projeto.

ALEXANDRE GUARIGHI/IM/UTA/REUTERS



“Eu saio daqui [Brasília] extremamente satisfeito e esperançoso de que quem sabe o meu sucessor não tenha de lidar com um problema que já custou tanto aos 20 milhões de mineiros”

ROMEU ZEMA (Novo)
Governador de Minas Gerais

Caso não ocorra a prorrogação, parcelas da dívida já começaram a ser cobradas no ano que vem. As cifras totais do débito mineiro com a União hoje são de cerca de R\$ 160 bilhões. Na mesma entrevista, o secretário de Governo de Zema, Gustavo Valadares, disse que, como não há garantia de que o pedido será atendido pelo STF, o projeto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal seguirá tramitando na Assembleia Legislativa.

“Enquanto nós não tivermos uma mudança com relação ao prazo, ao deadline que o Supremo Tribunal Federal impôs ao estado de Minas Gerais, nós não desistiremos do regime, muito menos da sua tramitação. Os dois projetos que tratam do regime na Assembleia, o projeto do regime em si e o do teto de gastos continuam a sua tramitação. Estamos trabalhando para que até o final da próxima semana estejam os dois



GABRIEL VARGAS/GOVERNO DE MG

ZEMA SE REUNIU COM O MINISTRO FERNANDO HADDAD PARA DISCUTIR A DÍVIDA DO ESTADO

prontos para serem apreciados em plenário”, disse Valadares.

No momento, o projeto do RRF está parado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) do Legislativo mineiro e só deve voltar à pauta na próxima terça-feira. O regime determina uma série de medidas de austeridade econômica e é a principal opção de Zema para a situação fiscal do estado desde seu primeiro ano à frente do governo mineiro em 2019.

ATIVOS

Nas duas reuniões de ontem, Zema se mostrou disposto a aceitar uma das propostas do plano de Pacheco: a federalização de ativos como a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copsa) como forma de abater o valor da dívida.



ANTES DO ENCONTRO COM HADDAD, ROMEU ZEMA ESTIVE COM O PRESIDENTE DO SENADO, RODRIGO PACHECO, E COM O MINISTRO DA FAZENDA, ALEXANDRE SILVEIRA

Em entrevista coletiva logo após se reunir com o ministro da Fazenda, o governador disse que se sente satisfeito com o encontro e que o governo de Minas Gerais está disposto a aceitar propostas para sanar os débitos do estado. Zema também falou sobre a possibilidade de federalização de empresas estatais e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

FEDERALIZAÇÃO

Uma das propostas apresentadas ao governador foi a federalização de empresas estatais. Zema disse que o governo de Minas Gerais está disposto a aceitar essa proposta, desde que o governo federal também esteja disposto a fazer o mesmo. O governador também falou sobre a possibilidade de adesão ao RRF e a importância de sanar os débitos do estado.

“Nada impede que se faça uma federalização [Cemig, Copsa e Codemig], eventualmente em melhores condições para o estado, como uma forma de pagamento da dívida”

RODRIGO PACHECO (PSD-MG)
Presidente do Senado

para elaborar a proposta alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal apresentada na Assembleia Legislativa. Zema também falou sobre a importância de sanar os débitos do estado e a possibilidade de federalização de empresas estatais.

“Nada impede que se faça uma federalização [Cemig, Copsa e Codemig], eventualmente em melhores condições para o estado, como uma forma de pagamento da dívida”

3/06/2017, que se desdobrou em duas partes: a primeira, de caráter preventivo, para evitar a cobrança da dívida do estado com a União, e a segunda, de caráter punitivo, para garantir a cobrança da dívida. Zema disse que o governo de Minas Gerais está disposto a aceitar a proposta de federalização de ativos e a adesão ao RRF.

PROPOSTAS

A proposta costurada por Pacheco envolve a federalização de ativos e a adesão ao RRF. Zema disse que o governo de Minas Gerais está disposto a aceitar essas propostas, desde que o governo federal também esteja disposto a fazer o mesmo. O governador também falou sobre a importância de sanar os débitos do estado.

A FÚRIA DO PP

A bancada mineira do PP está furiosa com o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Aro. Orem, os deputados Pinheiro (PP-MG) e Ana Paula Antunes (PP-MG) abandonaram uma reunião com o governador Romeu Zema (Novo) ao descobrir que o secretário do Executivo mineiro estaria presente no encontro. Aro afirmou que não se trata de uma reunião de trabalho e que o governador não deveria estar presente em negociações parlamentares. Aro também afirmou que se sente “traído” por Zema e que o governador precisa estar mais comprometido com a campanha eleitoral.

“Eu saio daqui extremamente satisfeito e esperançoso de que quem sabe o meu sucessor não tenha de lidar com um problema que já custou tanto aos 20 milhões de mineiros”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 4 e 5